

JORNAL DO BRASIL

Gramática e democracia

8 MAI 1990

Joel Pimentel de Ulhoa

Aluta pela modernização e democratização do ensino público corre o risco de alcançar resultados diametralmente opostos aos desejados, tornando ainda mais autoritária e elitista a oferta de ensino no Brasil. É no desejo de espantar este fantasma — com o devido respeito, por não ser da área — que questiono algumas afirmações feitas ao JORNAL DO BRASIL pelo ilustre professor Walmírio Macedo, membro da Academia Brasileira de Filologia e presidente da Fundação Escola de Serviço Público.

Nota publicada na coluna "Universidade" do Caderno "BEspecial" do dia 9 de abril, sob o título de "Adeus Decoreba" informa que o professor Walmírio Macedo, há 15 anos pesquisando o ensino da gramática, classifica de "freudianas" as listas de femininos irregulares que os alunos da escola primária são obrigados a decorar, acrescentando que é exercício de sadismo exigir tais conhecimentos numa prova de português. Neste ponto estamos de acordo, até porque a simples memorização das exceções não prova sequer o conhecimento das regras. O que me parece grave e preocupante é a solução oferecida pelo professor para melhorar o ensino da língua materna. Para começar, o professor sugere a extinção do que a citada notícia classifica de "bicho-papão": o estudo da análise sintática. E vai mais longe, sugerindo, "com base no processo de substituição por equivalência e no sistema binário, a redução dos assuntos gramaticais ao esquema de dois". Desta forma, os substantivos serão classificados apenas como próprios ou comuns.

Esta tendência não é nova. Há décadas, e sob o argumento de que é necessário dar ênfase ao aqui e agora, a escola brasileira abandonou o ensino do grego e do latim, no empenho de uma melhor oferta no ensino do inglês e do francês. Depois disto, e paulatinamente, o estudo da gramática vem cada vez mais sendo reduzido, considerado árido e pouco atraente para os jovens. Com isto melhorou o ensino? A dramática situação da escola primária e secundária e os humilhantes (para nós educadores) fracassos de milhares de jovens no exame vestibular em todo o Brasil demonstram a nossa impotência no sentido de oferecer aos estudantes os instrumentos que os tornem incapazes de falar e escrever com propriedade e correção.

É evidente que a crise educacional brasileira tem causas bem mais amplas e profundas, sobejamente conhecidas e discutidas, tais como a situação de miséria do nosso povo, a ausência de um verdadeiro plano nacional de educação levando a sério, insuficiente dotação de verbas, baixa remuneração do corpo docente, entre outras. O primeiro passo real para a democratização do ensino no Brasil é, sem dúvida, uma decisão de governo, com melhoria qualitativa e aumento quantitativo de escolas, paralelamente à indispensável valorização da educação e dos educadores, com uma política salarial justa. Isto implica priorizar a educação nos planos e políticas governamentais e através de ações concretas.

Mas, voltemos ao caso do ensino de português. É sabido que a grande maioria da população brasileira que consegue algum grau de escolarização não ultrapassa o curso primário. É pois urgente que o curso primário deixe de simplificar e diminuir conteúdos e passe a oferecer cada vez mais um ensino de qualidade. E o que propõe o professor? Em primeiro lugar, que se abandone a análise sintática, da qual sobram apenas alguns vestígios na escola primária. Ora, a análise sintática é que dará ao jovem aluno o conhecimento da estrutura interna da língua, sua lógica. Como prescindir dela? Porque é difícil, porque exige esforço, rigor?

Educação

E que mal há nisso? Considero deveras preocupante um certo populismo pedagógico que avassala nossa teoria da educação: há uma excessiva preocupação de tornar atraente, "fácil", "interessante" o estudo, como se a escola devesse, necessariamente e o tempo todo, ser um lugar divertido. É evidente que devemos nos preocupar em apresentar os conteúdos da forma mais agradável possível, mas isto não significa que, para tornar o estudo interessante, desistamos dos conteúdos. Trata-se de uma inversão de valores. Faz um profundo engano. educar não é ensinar o caminho mais fácil.

O conhecimento da língua é fundamental na formação do cidadão. Ter o domínio da língua significa ter algum poder. Se concordarmos com a premissa de que não há pensamento sem palavra, como podemos deixar de ser exigentes justamente neste ponto? Sem o conhecimento da língua, do discurso, como poderá o homem brasileiro compreender e discutir os graves problemas do seu país? Como poderá argumentar na defesa dos seus interesses? Simplificar o estudo do substantivo? Abandonar as idéias de primitivo, derivado, simples, composto, concreto, abstrato, coletivo? Para poder pensar é preciso, antes, saber dar nome às coisas. E se chegarmos a miséria de não conseguirmos sequer nomear o nome?

A idéia da abstração e, certamente, difícil de ser apreendida. Faz por isto vamos deixar de fora deste conhecimento a maioria da população brasileira? Não será esta uma decisão antidemocrática? Foi o próprio JORNAL DO BRASIL que publicou — para alegria e tristeza de muitos educadores — uma reportagem na qual se mostrava, através de depoimentos de intelectuais do porte de João Ubaldino Ribeiro, que a escola pública brasileira já foi capaz de oferecer um excelente nível de classificação aos seus alunos. Não se trata, pois, sequer, de lutarmos por uma novidade, mas de retornarmos de um padrão do qual já desfrutamos. Não se trata de um ideal de futuro, mas de reconquistarmos uma tradição. E, agora sim, ampliar esta oferta de qualidade para toda a população.

Joel Pimentel de Ulhoa é reitor da Universidade Federal de Góias